

DESCRITIVIDADE COMO UM PRINCÍPIO DA GEOGRAFIA AMAZÔNICA: O CHAMADO DE EIDORFE MOREIRA**DESCRIPTIVITY AS A PRINCIPLE OF AMAZON GEOGRAPHY: THE CALL OF EIDORFE MOREIRA****DESCRIPCION COMO UN PRINCIPIO DE LA GEOGRAFÍA AMAZONICA: EL LLAMADO DE EIDORFE MOREIRA****RESUMO**

Neste ensaio pretendo revalorizar o princípio descritivo na geografia amazônica contemporânea, como nos apresentou o geógrafo paraense Eidorfe Moreira (1960). Lateralmente, chamo atenção de geógrafos/as amazônicos/as para sensibilidade de sua obra, pouco presente na bibliografia dos cursos de formação em Geografia no Pará. A estratégia metodológica é descritivo-interpretativa, de tom fenomenológico. Concluo: a recusa da descrição se instala por um efeito preconceituoso de nossa formação atual em relação aos procedimentos considerados tradicionais; a produção de saber, ansiosa pela explicação/análise, pode produzir violência ética; a generalização apressada de certas ideias sobre a Amazônia, via estudos geográficos, instala um corte artificial entre o simbólico e o emocional no ato de fazer geografia em nossa região.

Palavras-chave: Descrição interpretativa; Singularidades amazônicas; Fenomenologia.

ABSTRACT

In the essay I intend to revalue the descriptive principle in the contemporary Amazonian geography, as presented to us by the geographer from Pará Eidorfe Moreira (1960). Laterally, I call the attention of Amazonian geographers to the sensitivity of his work, which is not present in the bibliography of the training courses in Geography in Pará. The methodological strategy is descriptive-interpretative with a phenomenological tone. I conclude: the refusal of the description is installed by a prejudiced effect of our current formation in relation to the procedures considered traditional; the production of knowledge, eager for explanation/analysis, can produce ethical violence; the abstraction - which flirts with abstractionism - imposed by the hasty generalization of certain ideas about the Amazon, from geographical studies, installs an artificial cut between the symbolic and the emotional in the act of making geography in our region.

Keywords: Interpretative description; Amazonian singularities; Phenomenology.

RESUMEN

En el ensayo pretendo revalorizar el principio descriptivo en la geografía amazónica contemporánea, como nos presentó el geógrafo paraense Eidorfe Moreira (1960). Quiero llamar la atención de geógrafos amazónicos para la sensibilidad que presenta su obra, que está poco presente en el curso de formación de geografía en Pará. La planificación metodológica es descriptiva – interpretativa con un tono fenomenológico. Concluyo: el rechazo de la descripción se instala por un efecto discriminativo de nuestra formación actual de procedimientos considerados tradicionales; la producción de saber, ansiosa por la explicación /

análisis, puede producir violencia ética; la abstracción -que se coquetea con el abstraccionismo- impuesta por la generalización apresurada de ciertas ideas sobre la Amazonia, a través de estudios geográficos, instala una división artificial entre lo simbólico y lo emocional en el acto de hacer geografía en nuestra región.

Palabras clave: Descripción interpretativa; Singularidades amazónicas; La fenomenología.

1. Introdução

Descrição, a definição básica do que deveria ser a atividade realizada por geógrafas/os. Porém, hoje, na melhor das situações, “descrever” é momento necessário para apresentar os dados do real que serão explicados/analísados – atividades nobres por excelência que fundamentariam a ação no plano socioespacial – e, na pior, um estorvo herdado da Geografia Tradicional que precisamos ultrapassar para atingir um lado ou outro da linha abissal¹ da modernidade.

São posições hegemônicas, aqui e ali questionadas, mas o questionamento não tem força para recompor os termos do debate. Descrever é momento menor a ser superado pela geografia explicadora e analítica. Não só explicadora e analítica, mas apressada para transformar a realidade, embalada pela afirmação autocontraditória de Marx (1980, original 1845): “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”². Afirmação que, assimilada pelas ciências humanas, erige nossa *vontade de potência*. Sua autocontradição está na separabilidade implícita entre interpretar e transformar, bem como secundarização do ato de interpretar, sem falar que sua sentença em favor da ação já embute, nela mesma, uma interpretação³.

A referência ao pensamento marxiano se justifica pela nossa formação calcada na bibliografia da Geografia Crítica (ao menos no campo da Geografia Humana) que, apesar dos evidentes avanços, parece contribuir para um efeito difuso da recusa *a priori* de procedimentos ou métodos colados ao pensamento tradicional – percebidos como não participativos ou engajados – contra o qual marxistas, incluindo geógrafos, performam. Se o interpretativo pode ser desvalorizado, o descritivo não só pode como deve ser! Ainda que nenhuma interpretação ou explicação esteja dissociada da descrição (MOREIRA, 2012, p. 46. Original de 1960).

Já escutei em banca de doutorado – e não só nesta situação – que a argumentação estava “descritiva demais”! É verdade que a fala pode ser direcionada à qualidade inferior da descrição, mas o fato é que o descritivo tem reduzido valor no conjunto do trabalho sobre o fenômeno geográfico, mais ainda, seu valor parece ser fraqueza, demérito (MOREIRA, 2012).

¹ Faço referência ao debate levantado por B. S. Santos – com foco na decolonialidade – sobre o corte que as epistemologias modernas teriam feito entre saberes científicos e outros saberes. Porém, na medida em que a decolonialidade marca sua posição frente a outros modos de pensar modernos, quase como uma grife que etiqueta o que coloniza e o que não coloniza o pensamento, pode produzir deslocamentos, mas não ruptura crítica das linhas abissais, colocando em risco a própria prescrição de B. Santos (2007) sobre a “ecologia de saberes”, apesar de seu alerta agostiniano para eterna autorreflexividade de quem pensa de maneira pós-abissal.

² Teses sobre Feuerbach. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>.

³ Na crítica ao Programa de Gotha, Marx sentencia que: “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (MARX, 2012, p. 20. Originalmente 1875, publicado em 1891). E é chamativo – na realidade até óbvio – que a frase ilustre a capa da edição da Boitempo em um balão dito pela caricatura de Marx. Ao polarizar interpretação e ação para fazer frente a uma filosofia pretensamente não ativa, Marx é questionado por Heidegger em um pequeno vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=96xeh_6vYU0.

Eidorfe Moreira, geógrafo paraense (embora nascido na Paraíba, veio com menos de 2 anos ao Pará), chamava atenção à desvalorização do *ato* de descrever por parte dos geógrafos:

[...] descrever significa para o geógrafo moderno uma função destituída de mérito científico, função conseqüentemente negativa, tornando-se como tal um fator de descrédito para os estudos geográficos. Dir-se-ia que a descrição constitui uma sorte de “pecado original” da Geografia, pecado de que ela se deve remir e quanto antes, sob pena de invalidar sua formação científica (MOREIRA, 2012 [originalmente 1961], p. 45).

Esta tendência não arrefeceu nas últimas décadas, ao contrário, generalizou-se. A situação se complica ainda mais quando estamos falando de Geografia da e sobre a Amazônia, onde o desconhecimento geográfico exigiria trabalhos efetivamente descritivos, preteridos em relação às análises e explicações algo apressadas, desejosas de totalização⁴ pouco contextualizadas na realidade vivida nos diferentes lugares da “região”. As aspas se justificam na medida em que a região – como escala-signo – se impõe de maneira apriorística sobre outras conexões escalares e escalas geográficas na maioria dos debates sobre o amazônico (PANTOJA, 2018).

Quais as vantagens da descritividade, defendida por Eidorfe Moreira, para Geografia feita na Amazônia atual? Este ensaio se propõe responder esta questão. A proposta não caminha na simples aceitação do que nos disse Moreira em 1960, mas é um diálogo *tensível* – tensão jamais apartada de abertura sensível ao Outro (PANTOJA, 2018).

Inicialmente, demarco a recusa da descrição de maneira geral, posteriormente busco articular o sentido de descritividade ao fazer-saber geográfico em termos metodológicos/éticos e, de maneira rudimentar, estético; por fim, considero, a partir do exposto, conseqüências importantes para o trabalho geográfico na Amazônia.

2. Antidescrição na Formação atual de Geógrafos/as Amazônicos/as

Moreira (2012), discutindo a importância do que chamou descritividade⁵, atenta ao fato desta ser subestimada pela nova metodologia em voga, referência implícita à Geografia Teorético-quantitativa que ganhou força no Brasil nos anos de 1960 e 1970. Eu acrescento a Geografia Crítica com sua totalização explicativa em oposição à fragilidade/parcialidade “modeladora” da Teorética e “descritiva” da Geografia Tradicional (SANTOS, 2002; MORAES, 2005) ou de um de seus polos epistemológicos (GOMES, 2005).

A descrição, a enumeração, a classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico [...] sempre concluindo com

⁴ Totalização que se torna certo tipo de profecia autorrealizada de maneira retórica e não argumentativa. Há uma tendência estranha, na produção geográfica amazônica, para supor que certos termos, tais como totalização e totalidade, por si, dariam conta de erigir uma totalidade apreensível – ao lermos os trabalhos, salvo honrosas exceções, temos a sensação frustrante de que tal totalização anunciada não se realizou.

⁵ Contido no livro “Ideias para uma concepção geográfica da vida”, originalmente publicado em 1960, com edição comemorativa organizada por Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães, publicada pela Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) em 2012.

elaborações do tipo formais, a-históricos e, enquanto tais, abstratos (sem correspondência com os fatos concretos) (MORAES, 2005, p. 40).

É absolutamente questionável que este guarda chuva chamado “Geografia Tradicional” tenha se limitado à descrição (ou enumeração ou classificação), além disso, mesmo reconhecendo na descrição um momento da apreensão dos fatos, é preterido por outros momentos (interpretação, análise, explicação), não dando conta do trabalho científico, produzindo resultados a-históricos e “abstratos”. E, sem fulanizar, é interessante como nossos objetivos de pesquisa fogem da descrição até mesmo quando deveria figurar enquanto objetivo secundário.

Minha formação em Geografia e, penso, a formação de muitos geógrafos e geógrafas atuais, teve como aspecto central a depreciação do descritivo e sua rotulação como procedimento de geografia ultrapassada, não histórica e desconectada dos fatos concretos.

Há razões sedimentadas⁶ no imaginário da ciência geográfica amazônica para crítica ao descritivo – e sua recusa como procedimento central – por parte de um seguimento numeroso de geógrafos: a descrição seria nivelamento asséptico das coisas e relações, negação do participativo em privilégio da observação “de fora”, morte da dialética porque destruiria a tensão existencial em favor da ausência de uma concepção (ou método) que viabilize “[...] a compreensão organizada dos móveis essenciais da vida” (LUKÁCS, 1965, p. 80).

Entretanto, um equívoco dessa crítica ou, ao menos, sua traficância para outros campos – e o herdamos em nossa formação geográfica contemporânea – é a incompreensão de que toda descrição é, necessariamente, interpretativa. Não há descrição sem intencionalidade (visada posicional que tensiona o mundo), inevitável entrelaço entre o pesquisador e o que se quer expor em processo de

[...] fixação de nossa experiência sensorial com respeito às coisas: uma sistematização das impressões sugeridas pelas suas qualidades, relações e modos de ser, implicando como tal certa presunção de certeza relativamente ao que se estuda ou descreve – e isto contraria o estado de volubilidade que caracteriza o pensamento moderno (MOREIRA, 2012, p. 47).

Moreira encontra na tendência “volúvel” da sua contemporaneidade a aversão ao descritivo – porque ato de fixação das coisas – o que revela algo sobre a Geografia produzida em seu tempo e como ele se colocava diante dela. Uma virada estava em curso contra o qual pretendia erguer trincheira e acabaria perdendo, tanto que sua presença em nossa formação é quase ausente.

Não inválido a crítica à “volubilidade” que, de certa maneira, apreende o tom da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), o coroamento dos afobados⁷ (HAN, 2015, p. 37) ou a tendência ao achatamento constitutivo da modernidade tardia, onde tudo parece vazamentos de superfícies desorientadoras⁸ em uma “nova falta de profundidade”

⁶ Faço referência ao processo de Sedimentação de conceitos da qual nos fala Husserl (CF. DERRIDA, J. *Edmund Husserl's Origin of Geometry. An Introduction*). A sedimentação como um longo processo de agregação conceitual que no presente aparece como pronto, mas que pode ser reativado na direção dos vários horizontes históricos que formaram o referido conceito.

⁷ Han cita diretamente Nietzsche: “Por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época os ativos isto e, os inquietos, valeram tanto. Assim, pertence as correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo”.

⁸ A conexão entre volubilidade e modernidade tardia e sua falta de profundidade, inclusive teórica, é tanto mais interessante na medida em que Moreira exerce a descrição enquanto modo próprio de conhecer científico que

(JAMESON, 1984). Embora volubilidade não deva ser confundida com dinamicidade ou transformação abrupta, se vivemos/criamos/reproduzimos espaços movediços, será preciso inventar ou retomar métodos suficientemente reconfiguráveis para interpretá-los e descrevê-los.

Obviamente, há um tipo de descrição formalista que responde aos protocolos de publicação que pouco contribui à descritividade de que nos fala Moreira. Porém, não é reduzindo a descrição à sua caricatura de inventário de recursos – caricatura feita por não poucos geógrafos críticos, tais como Moraes (2005), Santos (2002) já citados – que podemos operar mudança efetiva nos modos de reapropriação desta atitude no fazer Geografia.

Reabilitar o descritivo como princípio para Geografia da Amazônia não significa marcar oposição *a priori* entre a descrição e outras pretensões fundamentais de investigação; nem defender um uso da descrição que foi (e não foi só) inventariante, colonizador e classificatório⁹. Significa assumir a descritividade como: a) procedimento metodológico central ao enfrentamento de questões amazônicas simplesmente desconhecidas, muitas vezes precariamente descritas para já passar, apressadamente, à explicação ou análise; b) criação do conteúdo de expressão das relações humanas e intermundanas, sua impressionabilidade (MOREIRA, 2012, p. 48) que a descrição em termos estéticos/cênicos pode e deve evocar¹⁰, exercitando a “[...] inexaurível capacidade de significação” (MOREIRA, 2012, p. 49), que não se confundiria com mero subjetivismo; c) reconhecimento do sentido ético de-limitante para com a criação da ciência geográfica, na medida em que descrição está na ordem da aparência, da superfície existencial que, pelo *dobramento entre-nós*¹¹, será incomensurável para além de qualquer profundidade pretendida e, por isso, exigindo sempre renovados esforços para atingir esta superfície de contato.

3. Descritividade – experiências do fazer entre-nós

A recusa e a má-fé¹² para com a descritividade revela a vergonha pela origem da Geografia como ciência de lugares e não de homens¹³ (LA BLACHE, 1913), diante de certo modo de compreensão desta origem que se generalizou, apesar de Dardel (2011) – e, em seus

não tem *profundidade de sentido* (MOREIRA, 2012, p. 48, recorrendo a HUSSERL), explicitando outro sentido de “superfície de expressão” que não é “falta de profundidade”.

⁹ Seria um exercício esclarecedor rastrear – como gostava de dizer Moraes – como a crítica da Geografia Tradicional se tornou recusa de qualquer método tradicional de fazer geografia, em uma posição menos crítica e mais preconceituosa e desconhecadora do que se admitiria nos cursos de formação em Geografia, particularmente no Pará.

¹⁰ Assim não oponho o descritivo ao narrativo, como faz Luckács (1965), mas também não diluo simplesmente um no outro, já que embora sejam – ao menos em termos formais – de ordem diferentes, só se realizam em uma contribuição efetiva a partir da situação existencial em que são demandados.

¹¹ Merleau-Ponty (2012), nos fala da dobra como o ponto em que o verso toca o averso e aí que a negatividade verdadeiramente existe, de onde se pode ver coisas.

¹² Próximo ao sentido sartreano de esconder a angústia que não se pode esconder de si mesmo, apesar de querer disfarçar para si e para outros – a angústia aparece.

¹³ La Bache provoca esta afirmação tão evocada pelos críticos para apedrejar – não sem propriedade – a dita Geografia Tradicional. No mesmo texto, La Blache (1913, p. 297) dedica um subtópico ao método descritivo: “La géographie se distingue comme science essentiellement descriptive Non pas assurément elle renonce explication étude des rapports des phénomènes de leur enchaînement et de leur évolution sont autant de chemins qui mènent Mais cet objet même oblige plus que toute autre science suivre minutieusement la méthode descriptive”.

termos, do próprio Moreira (NUNES, 1989, p. 27)¹⁴ – acreditar que Geografia é antes relação essencial com a Terra do que ciência, uma situação-limite enquanto experiência que demanda outros caminhos, por exemplo, para geohistória da “região” que, mesmo nas abordagens críticas, segue o modelo rígido que se inicia na ocupação europeia (passando pelo período pombalino e economia gomífera, pontuada por eventos singulares como a Cabanagem), com vaga menção às formações espaciais originárias, salvo raras exceções generalistas e com frágil conexão entre geografia e antropologia arqueológica e linguística.

Outras ciências, tão modernas quanto a Geografia, parecem não sofrer tanto pelo fantasma descritivo. Não é sem razão que Geertz (2008, p. 13) abre *A Interpretação das Culturas*, clássico da Antropologia, reunindo descrição densa e interpretação¹⁵. Todorov (2014), ao anunciar seu projeto de estudo do campo simbólico afirma que se manterá descritivo, porque pretende dar conta da abrangência das teorias e investigar as condições de emergência das “vontades de interpretar”. Ele sabe que a estratégia de descrição fundamenta sua interpretação; esta sem aquela, seria, virtualmente, impossível.

Ainda que possamos levantar diferenças entre descrição densa, método descritivo na filosofia da linguagem e descritividade geográfica, há um fundo comum: qualquer inteligibilidade abrangente exige este contato com a extensão superficial na qual nos enredemos, cuja variabilidade de significação incontornável demanda trabalho infundável de fixação (ainda que, fatalmente, parcial), podendo trazer importantes resultados que integrem o escopo científico, filosófico e, alguns acreditam, até artístico.

Esse fundamento renegado deveria ser encarado de maneira educativa, enquanto exercício do fazer geográfico, mesmo por iniciantes – estudantes, jovens pesquisadores ou pessoas que, intuitivamente, fazem da Geografia uma cosmovisão¹⁶ (MOREIRA, 2012). Nenhuma geografia é possível sem descrição – que não é só gênero literário, nem simples enumeração (MOREIRA, 2012) – “[...] forma específica de fixar e relacionar os fatos em função do espaço, o que importa em dizer um conhecimento da vida em termos extensivos, com isso a sua unidade e expressão de conjunto” (MOREIRA, 2012, p. 50).

É possível vislumbrar aqui a pretensão totalizadora e niveladora¹⁷ da descrição – assim como algo de naturalismo “em função do espaço” – mas também a extensividade vivida que se expressa numa relação entre geógrafo e paisagem. Esta tensão é notada por Nunes (1989) e Pereira (2014), este prefere falar de *tensão articulada*, embora eu pense que a tensão é já articulação. Descrever, como exercício, é tensionamento entre os limites de um geógrafo em apreender o mundo e a extensão espacial existente não docilmente disponível à apreensão. Mesmo que na ordem da aparência, se dá entre uma vontade de comunicação para si e para os outros, entre objetividade e subjetividade, entre o fixar e o relacionar,

¹⁴ Benedito Nunes (1989) faz a apresentação das Obras Reunidas de Eidorfe Moreira, chama atenção para como Moreira enraíza sua visão de mundo na Geografia, que é mais do que um saber, é relação existencial reveladora, como as situações-limite de que nos fala Jaspers (1958), tais como a morte, onde não é possível divisar o que vem após ou mesmo vencer, de modo que é preciso um esforço interpretativo e compreensível sempre renovado para esclarecer a (e nos esclarecer na) situação-limite e poder vive-la como fracasso incontornável que demanda um salto. Guimarães (2012; 2015) expõe esta posição de Nunes em relação à obra de Moreira. Já Pereira (2014), sugere uma possível leitura de Dardel por Moreira, já que este era leitor de geógrafos franceses do período e usa o termo “geograficidade” cunhado por Dardel. O mais provável é que atmosfera fenomenológico existencial marcou a ambos, Dardel e Moreira.

¹⁵ O título do capítulo é: “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura”.

¹⁶ Pereira (2014) interpreta a concepção do trabalho de Eidorfe Moreira em termos de método que permite “desdobrar” sua obra, chama atenção para como o mesmo entende a Geografia não só como ciência, mas como cosmovisão e mundivivência.

¹⁷ É como Lukács se refere à descrição nos romances criados por expoentes de seu tempo, como Zola e Flaubert: “A narração distingue e ordena. A descrição nivela todas as coisas” (LUKÁCS, 1965, p. 62).

revela a tensão do descritivo no narrativo (RICOEUR, 1994) mais do que sua polaridade dialeticamente amarrada em tese como faz Lukács (1965).

Embora o narrativo esteja ligado ao tempo (RICOEUR, 1994; CASEY, 2001), assim como o descritivo através do “processo evolutivo” da paisagem (MOREIRA, 2012, p. 50), há incontornável fundamento espacial que configura o ato de narrar (ENTRIKIN, 1991; MALPAS, 2001) e, acrescento, o ato de descrever em Geografia; porque posiciona¹⁸ lugares, sujeitos e o sujeito que narra/descreve o/no mundo que não está já pronto, mas constitui-se na descrição colaborativa e em choque do campo científico que, mais do que nos fazer saber certos aspectos, viabiliza um quadro de interpretabilidade que vai se transformando justamente pelas tensões não só descritivas ou narrativas, mas também explicativas, etc. que fissuram e provocam o conhecimento.

O que não significa atribuir o conhecer ao subjetivismo, como parece à primeira vista¹⁹, mas afirmar que nosso conhecer o mundo depende dos quadros de interpretabilidade que se constituem no e constituem o real pela tensão descritiva, narrativa, explicativa e vivida da ciência geográfica em uma ressonância entre nós, o Outro²⁰ e o mundo, fazendo-se²¹.

Penso que este “fazer” tem como um dos pilares o exercício descritivo por jovens geógrafas/os, tendo em vista a prática da autoeducação do olhar geográfico com “boas ou más aplicações” (MOREIRA, 2012, p. 51) daí resultantes. Assim, promover a coeducação metodológica, que não se constitui mera repetição “do jeito certo e já pronto de fazer ciência”²², mas experimentação mesmo da descritividade como contribuinte do aprofundamento deste exercício ao tematizar a realidade amazônica por conhecer, em grande medida, capturada nas grandes linhas explicativas que enviesam os olhares e; ao mesmo tempo, pode ser vislumbre de realidades amazônicas cujo contato superficial – incontornavelmente superficial em não poucos casos – exigiria um respeito descritivo junto aos trabalhos explicativos/analíticos sobre as mesmas realidades.

Este empenho diante do processo de construção do conhecimento dos Outros Espaços²³ e, sobretudo, dos Lugares Vividos por Outros, não se dá apenas pela possibilidade de abertura das experimentações de saber, embora fundamentais. A descritividade – enquanto atividade “menor” – também evoca o senso de aproximação por contato dos Lugares, inscrevendo uma dimensão ao mesmo tempo ética e emocional de saber-fazer.

¹⁸ Posicionar pode ser uma vontade de controle que perseguirá sempre os geógrafos, evocando um aspecto ético do nosso trabalho que abordo mais adiante.

¹⁹ Embora não seja, nem de longe, algo novo em ciência, desde pelo menos Heisenberg, passando por Feyerabend e Prigogine. O subjetivo é incontornável porque exprime a conexão simbólico-emocional pessoal e social (GONZÁLEZ-REY; MARTINÊS, 2017) que configura o fazer-saber, inclusive os mais objetivos.

²⁰ Estou aqui pensando na Fenomenologia do Rosto de Lévinas.

²¹ Esta ideia é diretamente inspirada na noção de construção do mundo e seu conhecimento sistemático de que nos dala Feyerabend (2010), quando exemplifica o ato de conhecer o mundo muito mais como ambiente de ressonâncias que nos transforma e, ao mesmo tempo, transformamos o mundo a medida que avançamos no seu conhecimento, ao invés da imagem de simples formigas tateando o ambiente fixo que vai se descobrindo na medida em que se tateia.

²² Uma crítica que Feyerabend (2010) faz ao modelo de ciência que temos é uma suposição de que as metodologias são empregadas de maneiras prontas, apagando a história de erros, teimosias, recuos que as mesmas tiveram ao longo de sua afirmação no campo em que são trabalhadas. De certo modo ele se aproxima da noção de sedimentação conceitual de que fala Husserl, expresso na nota 6.

²³ A referência óbvia é o texto de Foucault “De Outros Espaços”, onde prefere falar dos “espaços de fora” já que os fenomenólogos, segundo ele, se ocuparam muito dos “espaços de dentro”. E embora tenha um incontestável apelo à imaginação, sem falar que é bem gostoso de ler, não deixa de assumir um triunfalismo colonizador ao colocar os navios e as civilizações desbravadoras como as verdadeiramente sonhadoras e tudo fora delas apenas espionagem, policiamento e desilusão.

Ética porque relatar a si mesmo²⁴ já é atividade temerária tendo em vista o que entendemos por verdade ou, ao menos, a realidade proximal que auxilia numa relação compreensiva; relatar o Outro e seu(s) Lugar(es) nos exige comprometimento que vai além do esclarecimento, na direção do encontro efetivo que interroge os lugares amazônicos de dentro dos mesmos e nos interroge nesta relação, de maneira que a descrição possa assumir-se coparticipante, tornando-se *aprofundamento existencial neste contato superficial entre nós*.

Assim, ainda que Moreira me desperte para descritividade na Geografia, não posso concordar com muito de sua argumentação que superlativa o papel da Geografia como: “[...] a mais alta aplicação do método descritivo no campo científico, uma vez que mostra os fatos na sua mais ampla escala de grandeza, quer dizer, na sua plena configuração no espaço” (MOREIRA, 2012, p. 50). Sem falar que deixa termos como “alta aplicação”, “plena configuração”, “escala”, entre outros, bastante nebulosos e até mesmo retóricos, talvez pelo tom ensaístico claramente assumido do texto.

O próprio uso do método descritivo não é questionado em seus princípios de ordem, a não ser em seus bons ou maus resultados²⁵, o que torna aceitável a crítica de Almeida (2008) ao conceito de Amazônia cunhado por Moreira e encampado pela SPVEA (Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que lança mão justamente de rubricas descritivas para se estabelecer, ao denunciar que “Os modelos para produzir tais critérios [de conceituação e delimitação da região, presente no livro de Eidorfe Moreira: Amazônia – o conceito e a paisagem, de 1958], considerados ‘objetivos’ e ‘racionalis’, são de inspiração naturalista, amarrados em conceitos biológicos, que permeavam inclusive os argumentos demografistas e as categorias censitárias do IBGE” (ALMEIDA, 2008, p. 29. Inserções minhas).

Portanto, não advogo uma aceitação pura e simples da descritividade tal qual idealizada por Moreira, mas recolocar – em diálogo com ele – a importância de descritividade enquanto exercício metodológico, ético e inseparável de um componente emocional para o enfrentamento de questões geográficas na Amazônia na contemporaneidade, não só em termos de resultados, mas de processos de experimentação formativa dos/as geógrafas/os.

O que me leva a um último acento que aparece neste texto de Moreira de modo não tão explícito, mas que deve emergir: a cisão artificial entre o simbólico e o emocional na feitura das descrições geográficas.

Em um pequeno texto, bastante acessível e com *insights* convidativos – inicialmente uma conferência de temas filosóficos para crianças/jovens – Didi-Huberman costura que

A partir de Nietzsche [...] é toda a vida sensível que é questionada – como na poesia e na literatura [...]. A vida sensível será *descrita* em sua energia, inclusive passional, e não somente *prescrita* em seus deveres de razão e ação [...] Maurice Merleau-Ponty dirá que o evento *afetivo* da emoção é uma abertura *efetiva* [...] um tipo de conhecimento sensível e de transformação ativa de nosso mundo (DIDI-HUBERMAN, 2016, pp. 24-26. Grifos no original).

²⁴ Judith Butler (2015) no texto “Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética”, versa sobre este argumento em um sentido mais abstrato e amplo. Vale ainda explicitar que enquanto ela fala de relato eu estou dialogando em torno do descritivo. Entretanto, há óbvios paralelos entre relatar e descrever ou, o que me parece mais enfático, a descritividade está na base de performances como o relato.

²⁵ Moreira (2012, p. 51) enfatiza que: “Como qualquer método, a descrição pode ter boas ou más aplicações, pode ser utilizada de modo apropriado ou não, e é nisso que reside o ponto crucial em questão”. Porém, precisemos questionar os fundamentos ontológicos de um método e não apenas se ele, já existente, terá bons ou maus empregos, como quer Moreira.

Eu lia ao mesmo tempo e por razões diferentes o texto de Didi-Huberman e de Eidorfe Moreira²⁶, anotei a passagem acima no meu exemplar de *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Por sinal, imediatamente após o texto que me inspirou a escrever, Moreira abre outro: “Geografia e Poesia”, onde ensaia uma ontologia artística da geografia na medida em que:

Toda alma poética é uma alma povoada e alimentada de paisagens, como se o sentimento poético estivesse em função de um certo grau de ‘geograficidade’²⁷, se assim podemos dizer, das nossas representações [...] de um dado meio – [...] esse ‘meio’ visto menos como ‘fisiografia’ do que como ‘atmosfera’ (MOREIRA, 2012, p. 54).

Este apelo à geograficidade, esta importância do sensível que pode ser acessado, inicialmente, pelo exercício da descrição geográfica, exige repensar o próprio procedimento em conexão com a dimensão emocional do pesquisador em ato de pesquisa, bem como dos sujeitos envolvidos/participantes em sua vida sensível, tendo em vista o comprometimento com a atmosfera geográfica partilhada. Assim, a própria descrição pode ser abertura ao conhecer sensível, constitui ação – e o é em termos etnometodológicos (GARKINKEL, 1984) – transformação ativa como acredita Merleau-Ponty.

O que afirmo acima não está presente no texto de Moreira – que não ignora o aspecto subjetivo, mas seguramente não o encara como estou encarando a emoção na criação da ciência, muito embora suas descrições sejam surpreendentes em termos emocionais –, é para onde será preciso avançar se a descritividade merece ser revalorizada para fins geográficos.

A descrição não pode e não deve ser um capítulo enfadonho tendo em vista encadear sumariamente os envolvidos nos processos pesquisados, a descrição deve ser uma feitura da imersão nos lugares, ou o quanto seja possível esta feitura em termos de representação que evoque o emocional, abrindo assim uma conexão entre ciência e subjetividade (GONZÁLEZ-REY; MARTINÊS, 2017). Afinal, mesmo com algum reconhecimento da subjetividade, sobretudo por geógrafos da fenomenologia e do pós-estruturalismo, normalmente, somos constringidos a separar emoção da pesquisa e seus resultados “objetivos”, numa compreensão dicotômica do que deveriam ser o objetivo e o subjetivo.

E mesmo quando reconhecido, a subjetividade é um termo amplamente utilizado em textos da geografia humanista e até decolonial, mas sem enfrentamento sério do seu significado e sentido em termos geográficos, especialmente nos contextos amazônicos contemporâneos.

Há consequências – inclusive políticas, impossíveis de aprofundar neste ensaio – da dicotomia entre objetivo-subjetivo que podem contribuir para desvalorização da subjetividade não só do/a pesquisador/a, mas dos sujeitos amazônicos em sua relação

²⁶ Este ensaio surgiu destes cruzamentos textuais, vivências de pesquisa e ensino e do convite para uma Roda de Conversa sobre Geografia Cultural e Humanista na Amazônia (ocorrida na Univesidade Estadual do Pará em 23/11/2018), na qual me propus relacionar elementos fenomenológicos presentes na Geografia de Eidorfe Moreira e Amélia Nogueira, geógrafos amazônicos que inscreveram modos de conexão entre Geografia, Paisagem e Espaço Vivido em perspectiva regional.

²⁷ Já comentei em nota anterior (cf. nota 14), as possíveis conexões entre o pensamento de Dardel e Moreira, PEREIRA, 2014) e sua forte afinidade de estudo pela literatura de geografia e história francesa da primeira metade do século XX (COELHO, 2012; PEREIRA, 2014). O que me parece mais importante é o fato da força criativa e claramente envolvida na atmosfera fenomenológico-existencial de Moreira passar despercebida, completamente, por geógrafos reunidos em torno de grupos humanistas no Brasil, preocupados demais em olhar para o próprio umbigo e construir suas próprias “geografias heroicas” em torno de si, sem se questionar – ou escavar, para usar um termo husserliano – os fundamentos da emergência de experimentações geográficas humanistas fora do eixo centro-sulista. Esta, por sinal, é uma crítica explícita no artigo de Pereira, comprometido com a decolonialidade geográfica.

fundamental com os lugares, o que abriria uma geografia aqui e ali já tematizada, mas ainda subestimada na “região”, uma “geografia pavulagem”²⁸ como pode bem ser taxada, porque entendida como pedante ou presunçosa. E justamente aí o esforço de descritividade destas relações entre o simbólico, o emocional e os lugares em termos expressivos e escalarmente abrangentes (MOREIRA, 2012) seria um passo coerente (senão dado antes, ao menos) junto às meta-narrativas inevitáveis ou chaves explicativas que nos atire à mudança geopolítica – que é como sempre queremos nos enxergar – unificando/reduzindo a variabilidade pulsante do real que nossos relatos coerentemente analíticos apressam em delimitar, gerindo o que é pensável e interpretável nos horizontes sedimentados da Amazônia.

Descrever, geograficamente, a realidade dos lugares amazônicos, nos exige ir além da comunicação de um saber, na direção da experiência de sentir. Ainda que sejamos cobrados e constrangidos a prescrever (prescrições que compõem o agir científico, mas não podem ser afobadas), não podemos subestimar a necessidade de *descrição como instituição de ambiência amazônica*. E Moreira dá algumas pistas da instituição dessa cosmovisão com vários exercícios da paisagem geográfica em sua obra – nos atirando no intricado contexto²⁹ regional, em situação (JASPERS, 1958) – para daí intencionar um conhecimento geográfico, uma experiência via descrição como método e o não apartamento do simbólico (discurso e representação) do emocional no ato de fazer ciência e imaginar, hoje, outro conceito e outra atitude para com as Amazônias.

4. Considerações Finais

A constatação do abandono e depreciação do método descritivo pela geografia dos anos de 1960, denunciada por Eidorfe Moreira, se generalizou em nosso presente e se tornou a postura exigida e reproduzida na formação geográfica amazônica.

Obviamente, o descritivo está presente nas várias publicações de pesquisas que fazem avançar a ciência geográfica. Não só porque a Geografia é uma ciência essencialmente descritiva, como categorizava Moreira, mas porque o descritivo é um modo de realização comunicativa inerente ao fazer científico e, não raro, é possível ler termos “mais nobres” quando, na realidade, o que temos é efetiva descrição em não poucos trabalhos.

Por outro lado, esta recusa explícita do descritivo impede que tomemos para nós as potencialidades do método – sem que isto implique submeter-se apenas a ele – o que poderia levar ao desenvolvimento do próprio método na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que sua experimentação pode abrir uma impressionalidade e uma expressividade necessárias para a compreensão da Amazônia atual.

Sendo da ordem da aparência do contato superficial, a descritividade vai na direção do extensivo e do não sintético, uma abrangência aos tateios, ao contato da pele e aí mora suas possibilidades infindas, nos atirando dentro dos movimentos, ao encontro com os sujeitos e os lugares sem uma ordenação prévia que já emoldure nosso pensar, sentir ou emoldure os Outros, caso assumamos como exercício ético e estético. O que implica jamais perder de vista nossas ambiguidades/nuances e a dos outros, apesar da tara (necessária) por coerência hierárquica e explicação generalizante, de modo que o

²⁸ Pavulagem é um termo paraense que significa “algo ou alguém pretensioso, metido à besta, pedante”.

²⁹ Lukács (op. cit.) reserva ao narrativo o poder de nos atirar no contexto, como participantes, no plano literário. Penso que o método descritivo ou a descritividade em Geografia, pode resguardar um valor participativo também.

exercício da descritividade pode se refundar em um trabalho de autoeducação e coeducação do olhar geográfico e do geográfico do olhar em uma perspectiva subjetivamente corporificada e politicamente comprometida com as geograficidades amazônicas por conhecer e por construir/participarem do conhecer socializado.

O chamado de Eidorfe Moreira, ainda que não comporte todos esses aspectos, estabelece o senso crítico para com uma geografia de corte – entre o tradicional e o moderno, entre o explicar/analisar e o descrever, entre a generalização que alimenta a ação política e a cosmovisão cuidadosa com a abrangência escalar do mundo – em favor de uma essência fundante do ato de geografiar tão necessário na contemporaneidade amazônica, para que nós não só lembremos do que é valorizável e expressivo, mas dos meios que temos na instituição de valor potencial, já que, nas palavras de Moreira (2012, p. 49): “ Ainda que nos revele infinitos aspectos da Natureza, a ciência jamais a tornará completamente inteligível [...] há sempre a possibilidade de um *além*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Disponível em: <http://191.98.188.189/Fulltext/11524.pdf>, acesso em 06.12.2018.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CASEY, E. J.E. Malpas's Place and Experience: A Philosophical Topography (Cambridge University Press, 1999) Converging and diverging in/on place. **Philosophy & Geography**, v. 4, n. 2, 2002, pp. 225-230, Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10903770123141?journalCode=cpag20>, acesso em 10.12.2018.

COELHO, G. M. Eidorfe Moreira e o conhecimento transdisciplinar. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1079/1529>, acesso em 02.12.2018.

DARDEL, E. **O homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DERRIDA, J. **Edmund Husserl's Origin of Geometry. An Introduction**. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1989.

DIDI-HUBERMAN, G. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.

ENTRIKIN, N. **The Betweenness of Place**. Towards a Geography of Modernity. London: Palgrave Macmillan, 1991.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, M. S. F. P. Caminhos para ler Eidorfe Moreira. In: MOREIRA, E. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. Apêndices, pp. 213-276. Belém: SEMEC, 2012.

GUIMARÃES, M. S. F. P. O olhar de Benedito Nunes sobre a obra de Eidorfe Moreira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 10, n. 3, p. 605-625, 2015. Disponível em: [http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv10n3_2015/olhar\(guimaraes\).pdf](http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv10n3_2015/olhar(guimaraes).pdf), acesso em 03.12.2018.

GONZÁLEZ-REY, F.; MARTINÊS, A. M. Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Versão e-book. São Paulo: Alínea, 2017.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FEYERABEND, P. **Adeus à Razão**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

JASPERS, K. **Filosofia**. Madrid: Universidade de Puerto Rico, 1958.

JAMESON, F. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism**. Durham: Duke University Press, 1991.

HAN, B. C. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LA BLACHE, P. V. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de géographie**. n 124, 1913, pp. 289-299. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1913_num_22_124_8245, acesso em 06.12.2018.

LUKÁCS, G. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MALPAS, J. E. Comparing topographies: Across paths/around place: A reply to Casey. **Philosophy & Geography**, v. 4, n. 2, p. 231-238. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10903770123850>, acesso em 05.12.2018.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MORAES, A. C. R. **Pequena História Crítica**. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, E. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. Belém: SEMEC, 2012.

NUNES, B. Notas críticas. In: MOREIRA, E. **Obras reunidas**. v. 1. Belém: CEJUP, 1989.

PANTOJA, W. W. R. **Transamazônica: geocartografia da (in)existência entrelugares**. 2018. 449 f., il. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32855>, acesso em 02.12.2018.

PEREIRA, E. A. D. Uma leitura da concepção geográfica de Eidorfe Moreira. **GEOgraphia**, v. 16, n. 31, pp. 24-50, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13671>, acesso em 06.12.2018.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. São Paulo: Papyrus, 1994.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos**, n. 79, 2007, pp. 71-94.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>, acesso em 10.12.2018.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EdUSP, 2002.

TODOROV, T. **Simbolismo e interpretação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.